



NÃO À PEC 32

CONHEÇA OS IMPACTOS QUE A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI PROVOCAR NA SUA VIDA

A Proposta de Emenda Constitucional 32, a PEC da reforma administrativa, que tramita no Congresso Nacional, trará enormes impactos negativos para o funcionalismo de hoje e do futuro, em todas as esferas governamentais. Além disso, representará um verdadeiro desmonte do serviço público, principalmente os da saúde e educação.

Por isso, você deve se mobilizar contra o projeto, acessando o site Na Pressão (www.napressao.org.br) e pressionar deputados e deputadas para que rejeitem a proposta.

O SindSaúde-SP, juntamente com várias entidades sindicais e da sociedade civil, está se mobilizando contra a reforma, por entender que o projeto será muito prejudicial para toda a sociedade.

Conforme apontou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a PEC 32 resultará em perdas para os trabalhadores e trabalhadoras da ativa e, também, para aposentados(as) e pensionistas do serviço público, incluindo o estadual.

VEJA ABAIXO O QUE PODE ACONTECER SE O PROJETO PASSAR COMO ESTÁ:



A PEDIDO DO SINDSAÚDE-SP, O DIEESE ELABOROU UMA CARTILHA DETALHADA SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA.

**ACESSE O SITE DO SINDICATO:
WWW.SINDSAUDES.PORG.BR.**

SINDSAÚDE-SP

Rua Teodoro Sampaio, 483
Cerqueira César - São Paulo-SP
CEP: 05405-000
Fone: (11) 3083-6100



CONTATOS

Presidência
presidencia@sindsaude.org.br
Secretaria
secretaria@sindsaude.org.br
Tesouraria
tesouraria@sindsaude.org.br

Formação
formacao@sindsaude.org.br
Jurídico
juridico@sindsaude.org.br
Executiva
executiva@sindsaude.org.br
Imprensa
imprensa@sindsaude.org.br

OS IMPACTOS DA PEC PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

A PEC 32 não prejudica apenas aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, ela irá impactar negativamente toda a população brasileira, de maneira mais gritante em relação aos mais pobres, pois são os que se beneficiam dos serviços públicos de maneira direta, como educação, saúde, transporte, moradia, proteção à maternidade e à infância, além da assistência aos(as) desamparados(as).

Quem tem melhores condições financeiras também será prejudicado, pois mesmo não sendo atendido em Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou estudando em escolas/universidades públicas também é beneficiado indiretamente. O grande exemplo é o desenvolvimento da vacina contra Covid-19 pelo Instituto Butantan e a aplicação gratuita em todo o país. Veja, abaixo, os principais pontos que podem prejudicar sua vida, caso a PEC 32 seja aprovada:

Saúde

A maior preocupação é com a perda da qualidade do serviço de saúde, pois com a flexibilização dos vínculos, menores salários e falta de valorização, haverá maior rotatividade dos profissionais, o que pode inviabilizar o vínculo com os pacientes.

Quem tem plano de saúde também é usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda que não saiba disso. Quando compramos comida no mercado, quando alguma refeição é feita em um bar ou

restaurante ou mesmo quando utilizamos algum medicamento, estamos fazendo uso do SUS. Porque o SUS vai muito além do atendimento em postos de saúde e hospitais, pois também engloba ações de vigilância sanitária e epidemiológica, saneamento básico, desenvolvimento científico e tecnológico, fiscalização e inspeção de alimentos e de alguns medicamentos.

Educação

As universidades públicas são responsáveis por mais de 95% da produção científica no Brasil. Se a PEC 32 for aprovada, as pesquisas que buscam compreender e solucionar problemas do nosso cotidiano nas mais diversas áreas do conhecimento, como medicina, agricultura, física e ciências do espaço, engenharias, ciências humanas e sociais podem ser ainda mais afetadas, lembrando que o setor já está sob risco desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos públicos.

Trabalho

O seguro-desemprego, as políticas de qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, também estão na mira do governo federal com essa PEC. Além dessas, o Estado, por meio do investimento público, atua como fomentador da atividade econômica, exercendo papel crucial na geração de empregos, o que poderá ser reduzido ainda mais se o texto for aprovado.